



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE MODERNIZAÇÃO E APOIO A PRODUÇÃO
COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E REGISTRO PATRIMONIAL

DESPACHO

Processo nº 21000.042507/2025-77

Assunto: Pregão Eletrônico nº 90024/2025 - SRP - Aquisição de máquinas e equipamentos agroindustriais. Análise de Habilitação.

1. INTRODUÇÃO

1. Tratam os autos do Pregão Eletrônico nº 90024/2025, referente à aquisição, por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, de equipamentos da linha amarela para o MAPA e os convenientes executores da ação 20ZV do Fomento ao Setor Agropecuário, em atendimento às necessidades desta Pasta, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

2. O presente documento versa sobre a habilitação da empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**, inscrita no **CNPJ nº 14.707.364/0001-10**, para os itens **11 e 23**, conforme Despacho 13 (49346563), Despacho 14 (49346675) e propostas (49326106).

2. HABILITAÇÃO DA EMPRESA

3. Tendo em vista o contido no Despacho 730 (49356462), a Coordenação-Geral de Aquisições, solicita o preenchimento apenas dos itens pertinentes a qualificação técnica da empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.**

4. Ressalta-se que o item 11 do Termo de Referência possui especificações técnicas consistentes em: Motoniveladora - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com motor a Diesel/Biodiesel, potência mínima de 150 HP, com no mínimo 2.200 RPM; Peso operacional mínimo de 13.000 kg; Com cabine fechada com ar condicionado e certificada ROPS/FOPS; Com transmissão direta ou conversor de torque com no mínimo 9 marchas somadas a frente e a ré; Radiadores com hélice, com lâmina mínima de 3,6m; Riper traseiro com no mínimo 5 dentes; Garantia de no mínimo 12 meses.

5. O item 23 do Termo de Referência possui as seguintes especificações técnicas: Trator agrícola - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Tração por pneus 4x4; Motor com no mínimo de 3 cilindros a Diesel/Biodiesel; Potência de 70 CV - 80 CV; Cabine fechada com ar condicionado; Transmissão com mínimo de 10 marchas à frente e mínimo de 10 marchas à ré; Bloqueio de diferencial com acionamento mecânico; Direção assistida; Embreagem dupla; Freios de serviço a disco; Garantia de no mínimo 12 meses.

6. Diante disso, considerando que a empresa supracitada logrou êxito no certame, tendo sido declarada vencedora dos referidos itens, informa-se que a habilitação técnica dos itens 11 e 23 será realizada de forma consolidada no presente documento, com o objetivo de otimizar e conferir maior celeridade à

análise administrativa.

7. À vista do disposto no Termo de Referência, apresenta-se, na tabela abaixo, a análise dos documentos de habilitação técnica apresentados pela empresa, **no que compete à análise da Equipe de Planejamento da Contratação - EPC**:

Item do Termo de Referência	Análise	Conclusão
Sustentabilidade		
4.2.3. Só será admitida a oferta de equipamentos, nacionais ou importados, que possuam a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ("LCVM") fase de atendimento MAR - I;	Para o item 11 , foi apresentada a LCVM da marca/modelo MR/XCMG/GR1802BR/, válida até 31/12/2026 , comprovando o atendimento à fase MAR-I do PROCONVE. Documento LCVM GR1802BR (49326106).	
4.2.4. No momento da habilitação, o adjudicatário deverá apresentar a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor ("LCVM") emitida pelo Ibama que evidencie ao atendimento às fases exigidas do PROCONVE";	Para o item 23 , foi apresentada a LCVM da marca/modelo I/MA XCMG/XT804_5EBR/, válida até 31/12/2026 , comprovando o atendimento à fase MAR-I do PROCONVE. Documento LCVM XT804_5EBR (49326106)	
4.2.5. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242 /1998 e legislação superveniente e correlata, sendo possível à Contratante buscar, ou exigir do Contratado, a devida comprovação, a exemplo de solicitar ao IBAMA que informe a eventual existência de Ordem de Suspensão da Comercialização prevista no art. 11 da Resolução CONAMA nº 1, de 11 de fevereiro de 1993;	Em atendimento ao item 4.2.5 , o modelo dos veículos ofertados atendem aos limites máximos de emissão de ruídos estabelecidos nas Resoluções do CONAMA e à legislação ambiental aplicável.	ATENDIDO
4.2.6. No momento da habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido não contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal", como, por exemplo, as seguintes listadas: CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;	Quanto ao item 4.2.6 , foi apresentada declaração/certificação que atesta que o bem não contém nem utiliza Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.	
4.3. Para fins de comprovação de práticas de sustentabilidade, na fase de habilitação o licitante vencedor apresentará:	Para o item 4.3.1 , foi apresentada declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade, nos termos do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e disponível no	

endereço eletrônico:
<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>.

4.3.2. Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.

Por fim, em atendimento ao item **4.3.2**, Foi apresentado o Certificado de Regularidade do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, válido até **07/02/2026**.

Assistência Técnica

5.17. No momento da habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar declaração formal que comprove que o fabricante dispõe de assistência técnica autorizada em todos os Estados que compõem a região para a qual os bens serão destinados. A declaração deverá constar com registro que há instalações físicas adequadas, estoque de peças de reposição e mão de obra qualificada, que assegure a prestação dos serviços de assistência técnica durante o período de garantia, nos termos do § 2º do art. 47, combinado com o inciso II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

5.17.1. O fabricante e/ou distribuidor autorizado deverá dispor, em todos os Estados que compõem a região para a qual os bens serão destinados, de equipe qualificada para suporte e manutenção das máquinas comercializadas, bem como de estoque de peças e plena execução dos serviços de manutenção e assistência técnica durante todo o período de garantia de fábrica.

5.18. O distribuidor ou a assistência técnica autorizada deverá ter experiência mínima de 12 (meses) meses na prestação dos serviços de assistência técnica da marca ofertada, sendo aceito a apresentação do contrato de distribuição e/ou de representação não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos.

A licitante apresentou declaração formal da fabricante, na qual consta a existência de assistência técnica autorizada em todos os Estados da região de destino dos bens, assegurando a prestação dos serviços de suporte, manutenção e assistência técnica durante todo o período de garantia, nos termos da legislação aplicável.

ATENDIDO

Foi apresentado, ainda, declaração de distribuição, no qual se identifica o distribuidor autorizado no Estado de destino dos bens, comprovando a experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços de assistência técnica da marca ofertada.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

Não se aplica à licitante.

NÃO SE APPLICA

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;	Foi apresentada a Certidão Negativa emitida em 20/10/2025 e com validade de 3 (três) meses (conforme certidão do TJMG)	ATENDIDO
<p>9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos pelas fórmulas definidas no TR.</p>		
<p>9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo de 10% do valor estimado da contratação.</p>		
<p>9.25. Caso o fornecedor apresente propostas para mais de um item, deverá comprovar patrimônio líquido correspondente ao somatório dos valores dos itens em que vier a sagrar-se vencedor.</p>	<p>Foram apresentados os balanços patrimoniais e demonstrações de resultado dos exercícios 2023 e 2024.</p>	ATENDIDO
<p>9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;</p>	<p>Os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) são superiores a 1 (um), com base no Balanço Patrimonial de 2024.</p>	
<p>9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.</p>		
(...)		
<p>9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.</p>		

Qualificação Técnica

9.30. O fornecedor deverá apresentar atestado(s) em seu nome, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos e/ serviços de modo a demonstrar a experiência do licitante na entre dos bens ou na prestação de natureza e complexidade similares ao objeto da licitação, na quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo referente ao item para o qual o licitante se sagrar vencedor.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Atestado em favor do licitante (nominalmente identificado com razão social e CNPJ, matriz ou filial) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (inclusive associação de fabricantes regularmente instituída); ou;

9.30.1.2. Cópias de Notas Fiscais com descrições claras e inequívocas que permitam identificar a natureza e quantidade dos objetos faturados, com a operação fiscal de venda, observando que;

9.30.1.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.30.1.2.2. Para fins de habilitação técnica, todos os itens licitados serão considerados semelhantes entre si.

Para o **item 11** (item 11 do TR), a quantidade a ser fornecida é 200 unidades de Motoniveladora, portanto deve-se comprovar o fornecimento de no **mínimo 100 unidades**.

Para o **item 23** (item 23 do TR), a quantidade a ser fornecida é 380 unidades de Trator Agrícola, portanto deve-se comprovar o fornecimento de no **mínimo 190 unidades**.

Os Atestados de Capacidade Técnica - ACT's apresentados pela licitante somam mais de 190 unidades similares ao previsto no TR, portanto **atendem** ao mínimo exigido.

ATENDIDO

<p>9.30.5. No caso de revendedor ou distribuidor, o licitante deverá apresentar declaração do fabricante que o declare ser distribuidor autorizado pelo fornecimento de peças para manutenção, além do suporte técnico, durante todo o período contratual, de acordo com as condições exigidas pelo edital de licitação e seus respectivos anexos, das quais tem perfeito conhecimento, sem qualquer ônus adicional para o MAPA, de forma que assegure a execução do contrato.</p> <p>9.31. Na esteira do Acórdão nº 2224/2024, do Plenário do E.TCU, o subitem 9.30.5 deste TR será interpretado no sentido de que: diz respeito à assistência técnica e correlatos, sendo incorreto entender que o licitante deva possuir autorização do fabricante para comercializar os produtos licitados; e o licitante e o revendedor/distribuidor autorizado não precisam ser necessariamente a mesma pessoa, inclusive para efeito do subitem 4.2.8 deste TR.</p>	Não se aplica à licitante.	NÃO SE APLICA
--	----------------------------	---------------

Margem de Preferência

<p>4.13. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890 /2024, conforme disposto na RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.</p>	A licitante não utilizou a margem de preferência.	NÃO SE APLICA
---	---	---------------

8. Além disso, conforme dispõe o Edital, foram realizadas consultas ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (SEI 49306427 e 49337372), onde não foram identificados impedimentos diretos e indiretos de licitar e contratar com a União.

3. CONCLUSÃO

9. Diante da análise exposta, entende-se, **no que se refere aos aspectos de competência da EPC e nos termos delineados acima**, que a empresa **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.** está habilitada para os itens **11 e 23**.

10. Encaminham-se os autos à Coordenação-Geral de Aquisições - CGAQ, com vistas ao Pregoeiro, para conhecimento e demais providências cabíveis.

**RODRIGO DE LIRA
VARELA RODRIGUES**
Membro da Equipe de
Planejamento da
Contratação

**KETYANE EVELIN
COSTA LIMA**
Membro da Equipe de
Planejamento da
Contratação

**LUCIANA KAÚARA
TOMAS SILVA**
Membro da Equipe de
Planejamento da
Contratação

**JORGE ROBERTO
GABRIEL**
Contador
CRC-DF 020697/O-7



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Lira Varela Rodrigues, Integrante Técnico**, em 29/12/2025, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ketyane Evelin Costa Lima, Integrante Técnico**, em 29/12/2025, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Roberto Gabriel, Chefe de Divisão**, em 29/12/2025, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA KAUARA TOMAS SILVA, Integrante Requisitante**, em 29/12/2025, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49358725** e o código CRC **40E67D3C**.